

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 4.371, DE 2001

Altera o art. 69 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências”.

AUTOR: Deputado RONALDO VASCONCELLOS

RELATOR: Deputado JAQUES WAGNER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.371/01, de autoria do nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos, altera o art. 69 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências”, de modo a vedar a emissão, pagamento e compensação de cheque de valor superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) sem identificação do beneficiário.

Em sua justificação, o ilustre autor argumenta que a fixação de R\$ 100,00 como o limite mínimo do valor para emissão nominativa de cheque por pessoas físicas ou jurídicas, estabelecida por ocasião do advento do Plano Real, revelou-se satisfatória nos primeiros anos da nova fase de estabilização da economia nacional. Em sua opinião, porém, com a continuidade da CPMF muitos comerciantes e lojistas adotaram a prática de repassar a seus fornecedores os cheques de valor inferior àquele piso recebidos por conta de vendas feitas a seus clientes, com o propósito de escapar da maior incidência da referida contribuição.

Do ponto-de-vista do insigne Parlamentar, tal prática vem causando uma série de transtornos às pessoas físicas, como, por exemplo, o fato de ficarem sem qualquer controle dos cheques por elas emitidos ou a possibilidade de que alguns deles acabem sendo depositados em conta bancária relacionada a uma atividade ilícita ou criminosa. O eminente Deputado ressalta, ainda, que a redução do valor da obrigatoriedade de emissão de cheque nominativo trará uma melhoria na base de arrecadação da CPMF, reforçando os recursos que hoje estão sendo direcionados para melhorar o Fundo de Combate à Pobreza.

O Projeto de Lei nº 4.371/01 foi distribuído em 29/03/01, pela ordem, às Comissões de Economia, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação, em regime de tramitação ordinária. Encaminhada a matéria em tela à Comissão de Economia, Indústria e Comércio em 07/05/01, fomos honrados com a missão de relatá-la. Não se apresentaram emendas à proposição até o final do prazo regimental para tanto destinado, em 18/05/01.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Economia, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Estamos completamente de acordo com os objetivos da proposição sob exame. Com efeito, uma parte – pequena, esperamos – das pessoas físicas e jurídicas lança mão do expediente de evitar, tanto quanto possível, o depósito em conta-corrente de cheques recebidos, no afã de fugir da correspondente incidência da CPMF. Uma parcela expressiva da população, entretanto, mesmo sendo composta de cidadãos honestos e cumpridores de suas obrigações tributárias, não atenta para a conveniência de identificação dos beneficiários dos

